

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	8
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	12
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	17
2.7 Destinação de resultados	18
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	21
2.10 Planos de negócios	22
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	25
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	26
5.2 Descrição dos controles internos	30
5.3 Programa de integridade	32
5.4 Alterações significativas	34

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Comentários dos diretores referentes ao exercício de 2023, sobre a Companhia e suas controladas, especialmente, sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até o encerramento do exercício social de 2023, a Diretoria avaliava que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia eram suficientes para dar continuidade aos seus negócios e cumprir com as obrigações tributárias junto ao governo, acreditando-se que a operação garantia resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os 12 meses seguintes.

Neste sentido, o principal assunto de atenção se tratava das obrigações tributárias da controlada indireta Minuano relativas à período pretérito de crise financeira, cujo montante elevado da dívida é hoje responsável pelo maior impacto financeiro nas contas, havendo débito judicializado no montante de R\$ 497.320 mil. Dentre os débitos fiscais, existe uma parcela menor que está sendo paga mediante transações e parcelamentos, sendo que a maior parte pende de prosseguimento da execução judicial. Destaca-se que apesar da dívida antiga, desde 2017 a Companhia vem cumprindo com obrigações tributárias decorrentes da operação.

Cabe ressaltar que a maior parte dos débitos que compõe esta dívida, foram considerados inadimplidos, após terem sua compensação com o Crédito Prêmio de IPI negada administrativamente pela Receita Federal. O referido crédito havia sido concedido para a Companhia por meio de decisão judicial, contudo não foi reconhecido pela Receita Federal e se tornou objeto de discussão judicial, atualmente em tramitação.

Por outro lado, tendo a Companhia realizado o reconhecimento contábil do Crédito Prêmio de IPI para realizar as compensações, existe ainda a cobrança de tributação sobre este valor, a qual segue sendo discutida judicialmente. O detalhamento dos processos citados consta no item 4.4 deste Formulário.

Diante do cenário exposto, a Diretoria sempre esteve atenta a alternativas que viabilizassem o pagamento da dívida dentro das condições financeiras da controlada e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com a manutenção da operação, contudo, tendo todo o seu patrimônio penhorado por execuções fiscais e escassas opções (com custo exorbitante) de financiamentos que viabilizassem a ampliação da operação, a única alternativa era extrair ao máximo a estrutura existente com contenção de custos.

Nesta linha, a Companhia manteve o acompanhamento das alterações legislativas em conjunto com seus consultores jurídicos, tendo verificado a viabilidade de apresentar pedido de transação tributária individual, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Assim, em abril de 2023 foi apresentado o primeiro pedido perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional visando a regularização dos demais débitos inscritos em dívida ativa e a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND). Entretanto, diante da complexidade da situação da Companhia e das outras providências que tiveram que ser tomadas, as condições ainda estão sendo negociadas pelas partes.

Considerando o significativo impacto negativo das enchentes, ocorridas no mês de maio de 2024, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia e de suas controladas exigiram que o processo de negociação fosse agilizado, diante dos grandes investimentos necessários para a retomada da produção de embutidos. A regularização da dívida tributária se tornou indispensável para possibilitar a emissão de CND e, consequentemente, viabilizar o acesso à linhas de crédito, especialmente aquelas que beneficiam as empresas atingidas.

No dia 10 de maio de 2024, foi apresentado novo pedido de transação formalizando a informação deste cenário calamitoso para a Procuradoria, que demonstrou intenção de auxiliar no andamento das negociações.

Atualmente estão sendo tomadas providências para atender as exigências da legislação e permitir que a Procuradoria possa aceitar o pedido da Companhia, dentre elas, a revisão da capacidade de pagamento da Companhia e a suspensão da exigibilidade da tributação sobre o Crédito Prêmio de IPI, a fim de que o processo judicial continue sua tramitação normal e este débito não seja incluído no montante transacionado.

Neste sentido, acredita-se que a recém publicada Portaria PGFN/MF nº 1032/2024 acerca da Transação SOS-RS, que permite aos contribuintes com domicílio fiscal no

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Rio Grande do Sul regularizar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios, seja capaz de auxiliar no processo.

Diante dos benefícios e subsídios que estão sendo concedidos pelo governo para auxiliar na reconstrução das empresas gaúchas atingidas pela enchente, a administração está empenhando todos os seus esforços para viabilizar a celebração da Transação Individual com maior brevidade, inclusive por meio de continuo contato e frequentes reuniões com a Procuradoria.

Por fim, ante a relevância do tema para a operação da Companhia, eventuais atualizações relevantes serão prestadas ao mercado pelos meios adequados.

Seguros patrimoniais:

Outro aspecto relevante, no que diz respeito ao patrimônio da Companhia, que exige destaque pela Diretoria, é a questão dos seguros patrimoniais. A política adotada pela Companhia nos últimos anos, incluía a cobertura total das suas plantas operacionais por meio de seguros patrimoniais que garantissem a redução considerável de riscos com a perda de patrimônio. No entanto, atualmente, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros somente nas Granjas e Incubatório.

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações. Entretanto, nos períodos em que ocorreram as enchentes relatadas em 2023 e 2024, não havia cobertura do patrimônio por apólices de seguro para as maiores unidades, tendo em vista que apesar dos esforços da administração, não havia oferta no mercado.

Cabe ressaltar que, ainda que houvesse ocorrido a contratação normalmente, este tipo de evento climático não estaria coberto, uma vez que o custo da contratação específica para enchentes/ciclones se tornou extremamente elevada após a ocorrência de 2020, de modo que o custo do seguro não compensaria o valor da cobertura oferecida.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

enchentes recentes, acarretando na falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura. Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo no que se refere às fábricas de rações.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continua buscando alternativas e opções que viabilizem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Capital próprio (patrimônio líquido)	(324.175)	(336.085)	(344.161)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	651.472	633.973	611.092
Capital total (próprio + terceiros)	327.297	297.888	266.931
Parcela de capital próprio	-99,05%	-112,82%	-128,93%
Parcela de capital de terceiros	199,05%	212,82%	228,93%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia se refere principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção; e
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado pelas atividades operacionais. No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359
Resultado Financeiro	35.586	30.934	12.834
Índice de cobertura	1,72	2,24	4,08

Apesar dos prejuízos previstos para o ano de 2024, os Diretores acreditam que os recursos existentes somados a geração de caixa operacional da Companhia e eventuais captações de recursos financeiros junto à parceiros serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

As medidas prontamente adotadas para redução de custos após a enchente de maio de 2024, merecem destaque especial, sendo elas a busca por alternativas de terceirização da produção a fim de manter a marca no mercado, a suspensão de todos os investimentos não relacionados à recuperação da unidade, alongamento de prazos com fornecedores, readequação do quadro de funcionários administrativos e administradores com redução do custo de folha, bem como a redução de demais custos em geral.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

Em virtude das dívidas tributárias antigas acima mencionadas, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito. Com isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Havendo necessidade de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, a Companhia deve utilizar a antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço, enquanto não for possível ter acesso a outras fontes de financiamento em melhores condições.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contrato de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui consórcios antigos contratados junto à instituição financeira, que possuem as características e condições informadas abaixo:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Banrisul - Consórcio	274	126	163	160
Total	274	126	163	160

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas observam diversas restrições para a contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, especialmente devido a existência de dívidas fiscais, que impedem a Controlada Indireta Minuano de expedir Certidão Negativa de Débitos (CND) e restringem a alienação de seus bens imóveis, os quais foram penhorados como garantia de processos tributários.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

O emissor não possui financiamentos contratados, apenas uma operação de consórcio, conforme já detalhado no item anterior.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Não houveram alterações significativas no período de 2023, além daquelas já mencionadas sobre enchentes e seguros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais			
Segmento	2023	2022	2021
Industrializados	182.797	205.329	178.021
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	202.554	186.075	165.787
Total	385.351	391.404	343.808

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2023 foi de R\$ 368.066 (R\$ 365.740 em 2022), resultando em um aumento percentual de aproximadamente 1%, associado aos fatores descritos abaixo.

Positivos:

- a) Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- b) Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- c) Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo;

Negativo:

- d) Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023, em decorrência de enchente ocasionada por ciclone extratropical.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Enchentes:

Diante da relevância da matéria, cumpre prestar maior ênfase ao impacto negativo observado pelas enchentes que atingiram as unidades da controlada Minuano no ano de 2023, como bem descrito nas Demonstrações Financeiras do exercício social e no item 1.16 deste Formulário.

As duas maiores unidades produtivas da Companhia, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos) e Lajeado (Frigorífico), no Rio Grande do Sul, foram atingidas pela enchente ocorrida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. O Impacto deste incidente no frigorífico de aves localizado na cidade de Lajeado, foi considerado parcial, de modo que a operação foi interrompida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. Por outro lado, o impacto na fábrica de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio foi considerado calamitoso, e interrompeu a atividade desta unidade no período de 04 a 18 de setembro de 2023.

No mês de novembro de 2023, novas cheias atingiram a unidade produtiva Fábrica de Embutidos, localizada no município de Arroio do Meio. Embora com impactos menores do que na cheia anterior, as atividades da unidade foram interrompidas no período de 20 a 23 de novembro de 2023.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estes dois episódios, foi realizado o inventário de itens de estoques, bem como o levantamento dos gastos emergenciais associados a limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

Natureza	Valor
Manutenção	3.444
Embalagem	2.369
Ociosidade folha de pagamento	1.435
Produto pronto	832
Matéria prima	564
Serviço de limpeza	365
Serviço de transporte	199
Doação	196
Outros	94
	9.498

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas

2.2 Resultados operacional e financeiro

Operacionais” das Demonstrações Financeiras, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2023 foram de R\$20.247 e para o exercício de 2022 foram de R\$29.961, equivalentes a 5,50 % e 8,19 % respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2023 quando comparada com as despesas realizadas em 2022, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual foi praticado maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” em 2023, enquanto que em 2022, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “CFR - Cost And Freight”.

Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2023 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2022.

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 5,5% em 2023 e 8,19% em 2022, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas:

Rubricas	2023	2022
Receita Líquida	368.066	365.740
Despesas com Vendas	20.247	29.961
Relação %	5,50%	8,19%

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação relevante na receita do ano de 2023 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de setembro e novembro, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, as quais ocasionaram uma redução no volume das vendas dos industrializados em 11% em

2.2 Resultados operacional e financeiro

comparação com o exercício social anterior, conforme devidamente demonstrado no Relatório de Administração no item “Receita Operacional Líquida”.

Além disso, as variações de taxa cambial registradas no exercício de 2021 decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições, os efeitos destas variações foram devidamente divulgados pela Companhia nas Demonstrações Financeiras daqueles períodos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais (valores expressos em milhares de reais).

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	385.351	391.404	343.808
Receita Líquida	368.066	365.740	319.644
Lucro Bruto	95.156	104.240	80.061
Resultado Operacional	42.335	43.926	55.513
Lucro Líquido do Exercício	11.909	6.555	33.810
EBITDA Ajustado	61.248	69.221	52.359
Lucro por Ação	1,6773	0,9232	4,7619

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada e nenhuma ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

A ocorrência de eventos ou operações não usuais com efeito relevante no exercício social de 2023 e 2024 está relacionada com as enchentes e a possibilidade de realização de transação individual tributária. Ambos os assuntos foram destacados nos itens anteriores (2.1 e 2.2).

Com relação ao impacto das enchentes, além do prejuízo de R\$ 9.498 mil destacado no resultado de 2023, importa desde logo ressaltar a previsão comprometimento no desempenho operacional projetado para o resultado do exercício social corrente, relativos ao severo evento climático que ocorreu no mês de maio de 2024. Apesar de ainda não ser possível estimar o montante total do prejuízo com equipamentos, reparações e reformas necessários para a retomada da produção na fábrica de embutidos, a paralisação total da operação pelo período de dois meses compromete o faturamento estimado de R\$28 milhões.

Como esclarecido no item 1.16, além de outros menores impactos diretos e indiretos, o evento climático comprometeu a estrutura da fábrica, resultando em uma retomada lenta. Neste sentido, considerando que a retomada ocorreu de forma parcial, com o mix de produtos reduzido, o faturamento da unidade também permanecerá comprometido nos meses seguintes, até que a produção se reestabeleça completamente ainda no ano de 2024. Os impactos financeiros devem ser devidamente divulgados a partir das informações financeiras trimestrais (ITR) relativas ao 2º trimestre.

2.5 Medições não contábeis

CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA OU LAJIR, O EMISSOR DEVE:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Medições não contábeis	31/12/23	31/12/22	31/12/21
EBIT	42.335	43.926	55.513
EBITDA	52.973	50.943	61.921
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

2.5 Medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Lucro (prejuízo) líquido	11.909	6.555	33.810
(+ / -) Impostos correntes/(Impostos diferidos)	(5.160)	6.437	8.869
(+ / -) Resultado financeiro	35.586	30.934	12.834
EBIT	42.335	43.926	55.513
(+) Depreciações e amortizações	10.638	7.017	6.408
EBITDA	52.973	50.943	61.921
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	8.275	18.278	(9.562)
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29 das Demonstrações Financeiras de 2023, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para Perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas Enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos Judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

Em relação ao exercício de 2022, o montante de R\$18.278 refere-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (Impairment)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não

2.5 Medições não contábeis

contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2023, divulgadas em 15 de março de 2024.

2.7 Destinação de resultados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS

a) regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

2.7 Destinação de resultados

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estão impedidos de distribuir dividendos devido ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ser absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Não foram distribuídos dividendos nos últimos 03 exercícios sociais e não há previsão de que isso ocorra no exercício corrente.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, em razão do prejuízo acumulado dos últimos anos. A elaboração e aprovação da referida política será incluída no planejamento quando houver previsão de resultado a ser destinado.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8

O emissor não destacou assuntos no item 2.8.

2.10 Planos de negócios

INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados em 2023 pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, totalizaram R\$19.446 mil, em comparação com R\$10.520 mil em 2022. Os investimentos foram voltados à modernização e melhorias nos processos industriais das unidades operacionais, observando as condições de financiamento pelo caixa da Companhia.

Para o ano de 2024 havia previsão de continuidade nos investimentos de modernização e melhoria das plantas produtivas, tendo em vista que muitas estruturas ainda são bastante antigas e de operação manual. Entretanto, diante dos prejuízos causados pela enchente em maio de 2024, foram mantidos apenas os investimentos necessários/obrigatórios para a manutenção do desempenho e continuidade operacional, tendo sido direcionados os recursos financeiros para a reconstrução da fábrica de embutidos e continuidade da produção própria.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Há alguns anos a Companhia e suas controladas utilizam somente recursos próprios para efetivação de investimentos, podendo negociar parcelamentos diretamente com seus fornecedores.

Em virtude das dívidas tributárias antigas, mencionadas no item 2.1, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito, por isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

Apesar disso, a negociação direta com fornecedores é possível em razão da boa relação mantida pela Companhia com o mercado em geral, demonstrando

2.10 Planos de negócios

responsabilidade ao sempre quitar suas dívidas e compromissos nos prazos acordados, bem como, mantendo um histórico positivo de pagamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes, bem como não há previsão de fazê-lo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2023 a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam o melhor aproveitamento e ampliação da operação já existente.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

Durante o ano de 2023 não foram realizadas pesquisas ou projetos para o desenvolvimento e produção de novos produtos, motivo pelo qual, não houveram gastos divulgados neste sentido.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O emissor inseriu em seu plano de negócios a realização de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, a fim de produzir relatório que possa ser divulgado ao mercado dentro do prazo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores (B3). Apesar disso, é possível identificar diversas ações positivas nas práticas do emissor e suas controladas, por isso a Companhia busca aperfeiçoar pontualmente sempre identifica oportunidades em procedimentos relacionadas ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança.

2.10 Planos de negócios

Neste sentido, o emissor tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa, bem como, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade. Além disso, no âmbito social, seus indicadores demonstram a existência de boas práticas de diversidade no seu quadro de colaboradores, assim como, a realização de ações inclusivas como o projeto para profissionalização de jovens aprendizes PDC's através de parceria com o SENAI e a APAE.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

Todos os fatores considerados relevantes pelo emissor foram descritos nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1 E 4.3

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O emissor não formalizou uma política de gerenciamento de riscos em razão de não realizar as atividades operacionais do grupo, as quais estão centralizadas na Companhia Minuano de Alimentos, sociedade anônima de capital fechado que é sua controlada indireta. Quando existentes políticas aprovadas na Companhia Minuano, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, especialmente porque todos os empregados e diretores estão ligados à controlada.

Na controlada indireta, a política de gerenciamento de riscos de Compliance foi formalizada através do mapeamento de riscos internos da operação inerentes as áreas mais expostas a riscos da empresa. O mapeamento foi aprovado pelos Diretores da Controlada e pelos membros do Comitê de Compliance com auxílio da prestação de serviço de assessoria externa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

Em razão da reestruturação recente nos procedimentos de gerenciamento de riscos de compliance da Companhia Minuano, o mapeamento abrange os riscos internos da operação, não sendo inseridos os riscos de mercado inerentes a negociação de ações na Bolsa de Valores, os quais são avaliados nas reuniões da administração.

Por outro lado, a empresa busca mitigar todos os riscos que possam de alguma forma afetar o desenvolvimento da operação da empresa, tais como riscos financeiros, de processo, ambientais, legais, de conflito de interesses, de corrupção, de segurança da informação, segurança alimentar e segurança do trabalho, entre outros.

A empresa controlada utiliza instrumentos para a proteção como, a revisão periódica do mapeamento de riscos de compliance, verificação da eficácia das medidas aplicadas aos riscos elencados, elaboração de políticas e procedimentos internos com diretrizes claras a serem observadas por colaboradores e terceiros (Política de Código de Ética,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Política de Conduta, Política de Due Dilingence, Política de Brindes, Doações, Bônus e Gratificações), monitoramento contínuo das atividades operacionais e execução de auditorias internas nas áreas da empresa.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os gestores de cada área, bem como setores chaves da empresa como Diretoria, Compliance, Jurídico, Contabilidade e Financeiro. Contudo, dentro do projeto de estruturação do programa de Compliance, os procedimentos para o gerenciamento de riscos ainda estão sendo desenvolvidos e aprimorados, de modo que nem todos estão formalizados em documentos aprovados.

Os procedimentos para pagamentos, contratos, compras, acordos, investigações internas, controle de documentos, entre outros, do emissor e suas controladas têm sua conformidade verificada pelo setor de Compliance da Companhia Minuano e pelo Programa de Auditorias Internas de Documentos realizado pelo setor de Gestão da Qualidade.

Diante da recorrência das enchentes, foram criados procedimentos específicos para tratar do plano de contingência que deve ser colocado em prática no caso de inundações. O plano abrange monitoramento do clima e previsão meteorológica de acordo com boletim de informações da Defesa Civil da cidade; acionamento da Brigada de Emergência para providenciar a evacuação dos colaboradores; comunicação direta com a defesa civil municipal e as autoridades locais; interrupção do abastecimento de água (em razão da potabilidade); realocação de produtos, matérias primas e insumos para locais livres de inundação; acionamentos dos setores de engenharia e manutenção para a retirada de equipamentos e placas elétricas.

Após a ocorrência do evento e a devida retomada da produção, ainda são tomadas ações corretivas e de melhoria dos processos utilizados nessas ocasiões com elaboração de dados, investigações e ações corretivas.

Além disso, para gerenciamento dos riscos patrimoniais, o emissor sempre adotou política de contratação de seguros a fim de resguardar integralmente seu patrimônio, No entanto, atualmente, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros somente nas Granjas e Incubatório.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações, conforme descrito no item 2.1 deste Formulário.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas enchentes recentes, acarretando na falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura. Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo que ocorre com fábricas de rações.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continua buscando alternativas e opções que viabilizem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Atualmente, a efetividade da política é verificada pela seguinte estrutura:

Conformidade: A Companhia possui setor de Compliance, o qual monitora continuamente o cumprimento de leis, acordos, regulamentos, políticas e procedimentos internos.

Políticas e procedimentos internos: A Companhia possui diretrizes e critérios a serem observados pelos colaboradores e terceiros, afim de cumprir as normas e regras estipuladas pela empresa.

Sustentabilidade econômica: A Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto, os quais estão alinhados ao desempenho e a sustentabilidade da empresa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Monitoramento Operacional: a Companhia monitora as atividades operacionais continuamente, de forma a assegurar sua eficiência e eficácia. Quando identificadas fragilidades, os gestores recomendam melhorias, as quais são aprovadas junto à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração, sendo implementadas pelos gestores responsáveis;

Regulatório/Legal: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-os ao Conselho Administrativo, quando for o caso.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos e, quando necessário, ao Conselho Administrativo.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos executam periodicamente avaliações do sistema contábil e de controles internos da Companhia, com a finalidade de comprovar a eficácia dos mesmos. O trabalho realizado pela auditoria independente é sempre acompanhado pela equipe interna mediante diálogo constante, que visa preferencialmente o alinhamento completo dos assuntos tratados, de modo que não permaneçam pontos pendentes ou em discordância.

Diante desse procedimento adotado, na avaliação das demonstrações financeiras do último exercício social, os auditores não detectaram deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

As recomendações tratam de ajustes nos procedimentos internos adotados para a contabilização de alguns assuntos, como provisões de IOF, ajuste de CPC 47, provisões de férias e contribuições sociais e classificação patrimonial.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

5.3 Programa de integridade

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE

Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são estruturados na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, na qual está centralizada a operação e administração das Companhias do grupo e cujos empregados realizam a operação de todo o grupo.

Quando existentes políticas aprovadas na controlada, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, ainda que não sejam específicos para as demais empresas.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia controlada possui políticas e procedimentos que auxiliam a todos que se relacionam com a empresa a seguir as suas diretrizes, como por exemplo a Política de Código de Ética e a Política de Conduta. As revisões das políticas e procedimentos acontecem de forma anual ou quando houver necessidade de alterações mesmo antes deste prazo. Quando do vencimento do documento, e caso não tenha alterações para realizar, ele deve ser prorrogado por mais um ano.

As políticas e procedimentos possuem elaboradores responsáveis e habilitados para sua criação ou atualização. Estes documentos são inseridos em um sistema de gestão de documentos no qual segue o fluxo de revisão e verificação pelo setor de Gestão da Qualidade. A aprovação de procedimento é feita pelo Gestor da área, e a aprovação das políticas é feita pelos Diretores da Companhia.

A Controlada possui uma Política de Código de Ética aplicada a todos que mantêm relação de qualquer natureza com Companhia e uma Política de Conduta aplicada aos colaboradores da empresa.

A empresa possui uma política de Medidas Disciplinares que é aplicada aos empregados em casos de não cumprimento as normas e regras estipuladas pela Companhia.

5.3 Programa de integridade

A Política de Código de Ética tem como data de aprovação 19/09/2022 e está disponível para acesso no endereço <https://portal.minuano.com.br/> e nos sistemas internos da controlada. A Política de Conduta foi aprovada em 25/08/2023 e está disponível para acesso apenas pelos funcionários em sistemas internos específicos.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Denúncias da Companhia controlada é administrado por empresa terceira e é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores. O acesso ao canal pode ser realizado via web, 0800 ou aplicativo Minuzito, disponibilizado aos funcionários. As denúncias recebidas são apuradas pelo setor de Compliance em processo administrativo específico.

As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada. A Controlada mantém normas internas de proteção ao denunciante, tendo como garantias a vedação a qualquer tipo de retaliação e o caráter sigiloso das investigações.

c. casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Não houveram casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois o emissor possui medidas de prevenção, detecção e remediação de atividades irregulares contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA

Em virtude da ocorrência de episódios mais frequentes e severos de enchentes, os fatores de risco foram reorganizados para considerar nova classificação de relevância, sendo incluídos os procedimentos adotados para gerenciar esse risco. Além disso, diante da dificuldade de contratação de seguros, também foi informado cenário atual de cobertura do patrimônio.